

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Centro Hospitalar de São João (CHSJ), no Porto, possui serviços pediátricos de excelência clínica, considerados como dos melhores do País.

Verdade é que os serviços de Pediatria daquele hospital se encontram instalados numa construção provisória, desde “o *desmantelamento do Departamento de Pediatria, em 2010*”, conforme o reconhece o plano estratégico e o enquadramento do projeto global da ala pediátrica do CHSJ, documento aprovado pelo Ministério da Saúde.

O referido plano afirma, aliás, que, desde 2010 se registou “*um agravamento substancial das condições assistenciais, nomeadamente com dispersão de serviços (o maior dos quais para fora, distante e sem acesso directo ao edifício central do Hospital de S. João) e alojamento em monoblocos (vulgo contentores) ou numa ‘cave’, o que se mantém, com condições ainda mais degradadas, até ao presente*”.

A fim de por cobro a essa situação, o anterior Governo deu início ao processo de construção do novo Hospital Pediátrico Integrado do CHSJ, com vista a melhorar as condições de qualidade, segurança e conforto das crianças internadas na referida unidade.

Infelizmente, porém, passado um ano, o actual executivo resolveu suspender a construção da referida obra, deste modo adiando o que há muito deveria ter sido realizado e colocado ao serviço daquelas crianças doentes.

De recordar que, a 1 de Junho de 2017 – no Dia Mundial da Criança –, a então Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) – e actual Ministra da Saúde – viria a assinar um *Memorando de Entendimento* com a Administração Regional de Saúde do Norte e o Centro Hospitalar de São João [Anexo], homologado pelo então Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, no qual se assumia o compromisso de “*desencadear o processo de renovação das instalações do CPI [Centro Pediátrico Integrado] e concretizar o projeto de edificação e apetrechamento do Centro Pediátrico Integrado num prazo estimado de 3 anos*”.

Esse *Memorando* apresentava, inclusivamente, uma calendarização para a construção do novo Centro Pediátrico Integrado do CHSJ, o qual apresentava um custo total de 23,8 milhões de Euros, nele se prevendo, inclusivamente, o desbloqueio de uma *tranche* de 2,5 milhões de Euros, em 2017, outra de 15,2 milhões de Euros, em 2018, e uma final de 6 milhões de Euros, em 2019.

Em suma, o actual Governo comprometeu-se com o início da construção do novo Centro Pediátrico Integrado do CHSJ ainda em 2017, assumindo, ainda, que o mesmo estaria concluído e entraria em funcionamento em meados de 2020, ou seja, já daqui a ano e meio.

Contudo, como nada sucedesse nos meses seguintes, mantendo-se, conseqüentemente, as condições humanamente indignas e mesmo degradantes em que as crianças com doença oncológica seguidas no CHSJ continuavam ali a ser tratadas, a associação dos pais dessas crianças veio denunciar essa situação ao País.

Em particular, os pais dessas crianças alertavam para o facto de os tratamentos de quimioterapia pediátrica em ambulatório estarem a ser efetuados num corredor dessa unidade hospitalar, em que as crianças *“acabam de fazer quimioterapia e têm de partilhar os elevadores com os carrinhos do lixo”*, sendo mesmo *“os carrinhos da limpeza (...) colocados ao lado dos da comida”*.

De lembrar, a esse respeito, que o próprio Presidente do Conselho de Administração do CHSJ, reconheceria, então, que, *“Já há muito tempo que vínhamos a denunciar publicamente as condições em que fazemos a totalidade do atendimento pediátrico, e não só, e o tratamento de quimioterapia”*, acrescentando que *“o que nós precisamos é que sejam desbloqueadas verbas [de cerca de 23 milhões de euros], que já nos foram prometidas”* e esclarecendo, finalmente, que *“O ministro sempre nos garantiu que as verbas estavam disponíveis, que estavam à espera de um desbloqueio, que presumo que seja por parte do Ministério das Finanças”*.

O referido responsável hospitalar não deixaria, aliás, de se referir ao já aludido *Memorando de Entendimento*, de 1 de junho de 2017, lembrando que *“Há um protocolo assinado, temos um projeto pronto para entrar em execução e não temos o dinheiro libertado que torne possível a execução desse projeto”*.

O Presidente do Hospital de São João considerou mesmo que as actuais condições do atendimento pediátrico no CHSJ são *“indignas”* e *“miseráveis”*, chegando ao ponto de desabafar que *“sinto-me maltratado, maltratado, não só porque represento não só o Conselho de Administração, mas porque represento o cidadão doente a quem tenho a responsabilidade de prestar o melhor tratamento possível, mas represento também os profissionais do Centro Hospitalar de São João”*.

Em face desta situação, logo a 11 de abril de 2018, o Grupo Parlamentar do PSD questionou o Ministro das Finanças sobre a previsão governamental para o início da obra do futuro Centro Pediátrico do CHSJ, obtendo do referido governante apenas a declaração segundo a qual, *“Neste momento, o projeto da ala pediátrica do [Centro Hospitalar de] São João está englobado num conjunto de projetos, cuja aprovação foi feita e está em progresso pelo Governo e vai avançar, mas avançar de forma concreta”*...

Revelando uma visão menos tecnocrática, dias depois, a 16 de abril, o então Ministro da Saúde afirmava que *“não há mais tempo nem mais espaço para conversa que não seja autorizar a obra [da nova ala pediátrica], lançar o procedimento e executá-lo no mais curto espaço de tempo possível”,* esclarecendo ainda que *“O dinheiro está disponível, mas há questões de tramitação processual, que penso que em uma semana ou duas semanas estarão em condições para que os procedimentos formais possam ser lançados”.*

E o então Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Dr. Fernando Araújo, assegurava, também por esses dias, que *“o dinheiro foi já transferido para o Hospital [de São João] e a autorização para o utilizar será dada muito em breve”.*

Na altura, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou ao Governo a Pergunta n.º 1864/XIII/3.<sup>a</sup>, na qual questionava o executivo sobre se havia ou não sido transferida para o CHSJ a verba necessária à construção da ala pediátrica, requerendo, caso tal assim tivesse sucedido, a remessa do respetivo comprovativo bancário. Apesar de o prazo regimental de resposta do Governo às perguntas dos Deputados não dever exceder os 30 dias, verdade é que, passado mais de meio ano, o Ministério da Saúde não respondeu ainda à referida Pergunta do Grupo Parlamentar do PSD, impossibilitando a comprovação de que as verbas em causa tenham sido efetivamente transferidas para o CHSJ.

Acresce que o Grupo Parlamentar do PSD entendeu dever apresentar igualmente o Projeto de Resolução n.º 1509/XIII, de 13 de Abril, no qual recomendou ao Governo que desbloqueasse as verbas necessárias à construção do novo Centro Pediátrico do Hospital São João. Importa realçar que essa recomendação foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, isto é, por todos os partidos com representação parlamentar.

Não obstante a aprovação da referida recomendação do PSD, verdade é que, nestes seis meses, o Governo limitou-se a aprovar o Despacho n.º 8875-A/2018, de 19 de setembro, determinando a abertura de um *“procedimento concursal para a conceção e projeto de novas instalações para o Centro Pediátrico do Centro Hospitalar Universitário de São João”*, desse modo atrasando, mais alguns anos, a entrada em funcionamento dessas instalações.

É certo que, em julho de 2018, o anterior Ministro da Saúde, em audição na Comissão de Saúde, afirmaria que o investimento para a nova ala pediátrica do Hospital de São João, no Porto, *“está autorizado”,* encontrando-se a Administração Regional de Saúde do Norte e o Centro Hospitalar de São João a *“ultimar o plano de investimento”.*

Porém, a verdade é que, passados já mais de dois anos desde a interrupção da construção da ala pediátrica do Hospital de São João, a situação permanece inalterada, continuando as crianças com doença oncológica a ser obrigadas a realizar tratamentos oncológicos em locais totalmente inapropriados para o efeito.

Perante toda esta inaceitável passividade do executivo, o Grupo Parlamentar do PSD veio novamente propor, através do Projeto de Resolução n.º 1825/XIII, de 26 de Setembro, que o Parlamento recomendasse ao Governo *“A adoção imediata de todos os procedimentos conducentes a assegurar o início da construção, no mais curto espaço de tempo possível, das novas instalações do Centro Pediátrico do Centro Hospitalar Universitário de São João, no Porto”,* os quais devem *“prever o recurso ao ajuste direto, tanto no que se refere ao projeto de conceção como para a construção das referidas instalações”.*

Lamentavelmente, o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista e o PEV chumbaram o referido Projeto de Resolução do PSD, inviabilizando, desse modo, a recomendação nele contida, o que é tanto mais incompreensível quanto é certo o PS chegou então a admitir a *“possibilidade do lançamento das obras por ajuste direto”* – afinal uma das recomendações do PSD – e que *“em janeiro de 2019, o Hospital de São João deverá estar em condições de lançar a obra”* do Centro Pediátrico.

Neste contexto, foi com profunda surpresa que, passada uma semana sobre o debate referido, o PSD tomou conhecimento da incompreensível declaração que o Primeiro-Ministro hoje proferiu, segundo a qual *“É graças a este reforço [no Orçamento] que (...) vamos, por exemplo, poder avançar com o lançamento do concurso para a nova ala pediátrica [no Hospital de São João]”*.

Significa isto que o chefe do Governo, ao filiar a obra do Centro Pediátrico do CHSJ no Orçamento do Estado para 2019, não só desmente frontalmente o seu anterior Ministro da Saúde e o então Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, quando estes afirmaram que as verbas já se encontravam disponíveis e autorizadas, como volta a atrasar, objectivamente, o processo de construção do referido equipamento hospitalar pediátrico.

Com efeito, das declarações do Primeiro-Ministro – e a menos que este não tivesse a certeza do que afirmou – não pode deixar de se inferir a conclusão segundo a qual as verbas para a referida obra não se encontram ainda creditadas nas contas bancárias do CHSJ – ou seja, o dinheiro não existe ainda no CHSJ – dependendo a sua aprovação, conseqüentemente, do processo legislativo que concerne à aprovação do Orçamento do Estado para o próximo ano.

A agravar o que se acaba de referir, a posição pública do Primeiro-Ministro resulta ainda fragilizada com o recuo que a Ministra da Saúde hoje se arrogou relativamente à própria política governamental, ao assumir, relativamente à obra do Centro Pediátrico do CHSJ, que ***“não tenho data para esse concurso”*** e que *“não avançarei com datas que não tenho a certeza de poder cumprir e que não estão nas estritas mãos do Ministério da Saúde”*.

Dito de outro modo, e ao contrário dos compromissos anteriormente assumidos e por diversas vezes reiterados pelo Governo, a nova Ministra da Saúde não assume qualquer data para o início da obra, o que é particularmente inaceitável no seu caso quando se recorda que foi precisamente a agora governante a ter formalizado, há já cerca de ano e meio, na qualidade de Presidente da ACSS, o compromisso de a iniciar ainda em 2017.

Mas igualmente grave é o também já aludido facto de o Governo continuar a pretender optar pela realização de um concurso público para a construção do Centro Pediátrico do CHSJ, bem sabendo que as condições degradantes em que as crianças com doença oncológica ali tratadas não se compadecem com a demora inerente a essa forma procedimental. Aliás, o executivo socialista não pode igualmente negar a sua responsabilidade nos sucessivos adiamentos que a obra em questão tem sofrido ao longo dos últimos três anos.

Neste contexto, importaria que o Governo assumisse as responsabilidades políticas que lhe cabem e adoptasse as medidas de carácter extraordinário que se impõem, recorrendo ao ajuste directo que a sua omissão de actuação tornou cada vez mais exigível. Não o fazer será revelar, à sociedade, uma insuportável e desumana insensibilidade relativamente às crianças com doença oncológica tratadas no CHSJ.

De resto, considerar a opção pelo ajuste directo é tão mais pertinente quanto é certo que, ainda

no passado dia 18 de outubro, o executivo deliberou – e bem! – aprovar em Conselho de Ministros a criação, “*através de decreto-lei,[de]medidas excecionais de contratação pública por ajuste diretores relacionadas com os prejuízos causados pelo furacão[Leslie]. Dada a dimensão das intervenções a realizar, torna-se necessário adotar um regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de aquisição de serviços que combine a celeridade procedimental exigida com a defesa do interesse público*” (sublinhado nosso).

Ora, o País exige que as crianças com doença oncológica que são tratadas no CHSJ, como já se referiu, em condições absolutamente miseráveis e correndo mesmo risco de vida em virtude da especial fragilidade que lhes provoca a sua condição de saúde, beneficiem de um regime de exceção semelhante àquele que foi justamente adoptado para apoiar as vítimas do furacão *Leslie*.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir à Ministra da Saúde, através de Vossa Excelência, as seguintes perguntas:

1. Vai o Governo prever o recurso ao ajuste direto, tanto no que se refere ao projeto de conceção como para a construção das novas instalações do Centro Pediátrico do Centro Hospitalar de São João, no Porto?
2. Com que data se compromete o Governo para o início da construção do novo Centro Pediátrico do Centro Hospitalar de São João?
3. Reitera a Senhora Ministra da Saúde a sua declaração de hoje, segundo a qual o Governo não tem ainda data para o lançamento da obra para a nova ala pediátrica do Hospital de São João ou corrobora as afirmações de responsáveis políticos do Partido Socialista, segundo as quais, “*em janeiro de 2019, o Hospital de São João deverá estar em condições de lançar a obra*” do Centro Pediátrico do Hospital de São João?
4. Foi, ou não, a verba necessária à construção do novo Centro Pediátrico do Centro Hospitalar de São João, transferida para esta unidade hospitalar do SNS? Em caso de resposta afirmativa, em que data foi essa transferência efetuada (requerendo-se, neste caso, a remessa aos signatários do respetivo comprovativo bancário)?
5. Está a construção das novas instalações do Centro Pediátrico do Centro Hospitalar de São João dependente do processo legislativo que concerne à aprovação do Orçamento do Estado para 2019?
6. Como explica o Governo que, passado um ano e meio desde a data em que a atual Ministra da Saúde, então Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde, assinou um *Memorando de Entendimento* com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do São João, para a construção do Centro Pediátrico Integrado naquela unidade hospitalar, no qual se previa que a obra arrancasse em 2017, esta ainda não tenha sido sequer iniciada?
7. Quando prevê o Governo que o novo Centro Pediátrico do Centro Hospitalar de São João entre ao serviço das crianças doentes por este servidas?

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2018

Deputado(a)s

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

Deputado(a)s

JOSÉ DE MATOS ROSA(PSD)  
RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)  
LUÍS VALES(PSD)  
ÂNGELA GUERRA(PSD)  
ANTÓNIO TOPA(PSD)  
CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)  
FÁTIMA RAMOS(PSD)  
ISAURA PEDRO(PSD)  
LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)  
MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)  
MARIA MANUELA TENDER(PSD)  
MIGUEL SANTOS(PSD)  
REGINA BASTOS(PSD)  
ANDREIA NETO(PSD)  
FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)  
FIRMINO PEREIRA(PSD)  
LEONEL COSTA(PSD)  
MARCO ANTÓNIO COSTA(PSD)  
MARIA GERMANA ROCHA(PSD)  
MIGUEL MORGADO(PSD)